

“Tornar-se ateu” (AT I, 150, 13)

Sobre uma passagem controversa da Primeira Meditação (AT VII, 21, 17-19; IX, 16)

Jean-Marie Beyssade

O *Bulletin Cartésien* acolhe, hoje, excepcionalmente, uma resposta à uma resenha^{NT1}. É normal, com efeito, que um autor de resenha se expresse com toda liberdade, sob sua própria responsabilidade e ressaltando o que lhe parece ser contrassensos ou tergiversações: nós desejamos preservar essa liberdade de toda censura ou autocensura. É normal ainda que o autor defenda o seu ponto de vista e responda ao autor da revisão: usualmente, essa réplica livre pode e deve ser feita em outro lugar que não em um boletim, cuja função não é o debate. Nós não desejamos que ele se torne esse lugar. A exceção de hoje explica-se pela importância do tema, pela cortesia dos interlocutores e pela acolhida generosa da revista *Archives de Philosophie*.

O problema em questão concerne à prova *a priori* da *Quinta Meditação* e sua inserção exata na ordem das razões. Todos sabem, desde as célebres discussões que agitaram os anos cinquenta na França, que é preciso dar conta, ao mesmo tempo, de duas verdades cartesianas incontestáveis: (a) a prova dita ontológica surge com a justificação das verdades matemáticas, depois das provas *a posteriori* terem estabelecido a existência de um Deus todo-poderoso e não-enganador na *Terceira Meditação* e depois que a regra geral (“tudo que concebemos clara e distintamente é verdadeiro”) recebeu, a partir daí sua justificação metafísica na *Quarta Meditação*; como se essa nova prova se apoiasse, portanto, na ordem das razões, nas provas precedentes e suas consequências; (b) a prova dita ontológica, quando ela surge, autoriza uma espécie de colocação entre parênteses das verdades adquiridas nas *Meditações* precedentes¹ e sua certeza mantém, então, uma relação complexa de semelhança

* Este artigo foi originalmente publicado em 1992, no *Bulletin Cartésien* 20, publicado no periódico *Archives de Philosophie*, v. 55, n. 1, p. 3-6. Agradecemos a gentileza dos editores, que nos autorizaram realizar a tradução do artigo e publicá-la nesta revista.

NT1 Trata-se da resenha feita por Vincent Carraud sobre o artigo de Georges Moyal (1988), publicada no *Bulletin cartésien* XIX, *Archives de Philosophie*, v. 54, n. 1, p. 71-72).

1 “...ainda que tudo que concluí nas *Meditações* precedentes não fosse verdadeiro” (AT VII, 65, 27-28; IX-1, 52).

e dessemelhança com a certeza das demonstrações matemáticas², como se essa nova prova permitisse tomar um novo ponto de partida e pudesse, na ordem das razões, se ligar diretamente ao momento da dúvida, para encerrá-lo e fundar, por ela mesma, a regra geral de evidência e as demonstrações matemáticas sem pressupor as provas *a posteriori* e o que elas permitiram alcançar.

A originalidade de Georges Moyal consiste em buscar, na *Primeira Meditação*, o lugar exato em que se abriria uma bifurcação entre duas vias: a que conduziria da dúvida metafísica ao *Cogito* e às provas *a posteriori* e a que conduziria da recusa da dúvida metafísica à prova *a priori*. Ele acredita encontrar esse ponto de bifurcação nas poucas linhas controversas em que Descartes, meditando sobre os riscos de um Deus todo poderoso (que poderia me ter feito tal que eu me enganasse sempre, mesmo quanto as verdades matemáticas mais simples) evoca aqueles que preferirão negar um Deus tão poderosos do que deixá-lo abalar a certeza de todas as outras coisas. G. Moyal não tem dúvida: esses são os matemáticos ateus, humanistas satisfeitos com a razão simplesmente humana, que se contentam com a evidência matemática e renunciam tranquilamente a todo Deus (tanto um possível *Deus deceptor*, que motiva inicialmente a hipérbole da dúvida metafísica, quanto um *Deus verus e verax*, que acaba por garantir a regra da evidência). Esses matemáticos pacificamente ateus seriam aqui, por um tempo, deixados ao lado da estrada, enquanto o metafísico meditante faz seu percurso acrobático (Gênio Maligno, *cogito*, prova pelos efeitos). São eles que serão reencontrados na *Quinta Meditação* para que lhes seja mostrado, enfim, que a mesma regra de evidência (da qual se servem e da qual sempre se serviram sem jamais dela duvidar, ou querer duvidar) permite estabelecer a existência de Deus (pela prova *a priori*), e que o conhecimento dessa existência de Deus é a condição de toda certeza, mesmo da certeza matemática da qual nunca duvidaram.

Vincent Carraud, que aparentemente não aceita essa interpretação da *Quinta Meditação* e da ordem das razões em seu conjunto, concentrou sua resenha e sua crítica sobre o enraizamento que ela procura na *Primeira Meditação*. Ele observou que, em dois pontos importantes, a versão francesa autorizada por Descartes, e seguida por G. Moyal, é - ou pode ser - diferente do original latino. Primeiro, tratar-se-ia efetivamente de ateus, ou dos ateus, quando [Descartes] se refere àqueles que preferirão negar um Deus tão poderoso do que tornar tudo incerto? Apenas a versão francesa contém a expressão “negar a existência de um Deus tão poderoso”: no original latino, a negação que caracteriza a objeção versa sobre a *potência* do autor da minha origem. Por isso, V. Carraud hesita em falar aqui de *ateus*: “O ateu, se há ateu aqui”; pois poderia também se tratar, não de ateísmo, mas simplesmente de limitar a potência divina e recusar, por exemplo, que ele seja o livre criador das verdades eternas, ou que ele possa subverter a evidência intelectual. Em segundo lugar, tratar-se-ia de deixar esse interlocutor de lado por um tempo, até que se retome, por exemplo, depois de um intervalo de três *Meditações*, o diálogo com ele na *Quinta Meditação*? “Não o resistamos *por ora*”, diz a versão francesa. Não há equivalente de ‘*por ora*’, no original latino. V. Carraud duvida fortemente de que se trate de adiar até a prova *a priori* o debate com esses objetores; e ele duvida mais ainda de que o Deus soberanamente perfeito que será, então, reencontrado seja efetivamente o Deus onipotente da antiga opinião (AT VII, 21, 1-3), cuja potência os objetores buscaram negar.

Vê-se a amplitude e o interesse do debate. Seria inapropriado e arrogante pretender arbitrá-lo. Gostaria simplesmente de sublinhar o que está em questão por meio de duas observações.

2 “...ao menos como tão certa...” (ATVII, 65, 28-29); “...não apenas tão certo, mas além disso...” (ATVII, 69, 11-13).

1º. Há uma diferença entre negar (a existência de) Deus e negar a onipotência (de Deus)? A fórmula de F. Alquié³ à qual as duas intervenções se referem é ambígua: "para escapar a uma tal dúvida, alguns negarão, em Deus, uma tal potência". Trata-se de negar Deus porque uma tal potência está necessariamente contida em Deus? Ou, ao contrário, trata-se de negar essa potência sem negar Deus, porque, em Deus, esse predicado é contingente e, por essa razão, é possível descartá-lo sem se tornar ateu? As *Cartas a Mersenne* da primavera de 1630 nos inclinariam a pensar, como G. Moyal, que Descartes considera ateu quem quer que limite a onipotência divina e a coloque em posição inferior à das necessidades matemáticas. Mas, contrariamente a ele, parece-nos que posição descrita como a dos objetores ("haverá, talvez, pessoas que...") não poderia ser simplesmente a descrição objetiva de interlocutores externos (os matemáticos ateus, os racionalistas humanistas, etc.), pois ela é também uma etapa do leitor que medita juntamente com Descartes. É ele que é *tentado*, para evitar a hipérbole da dúvida metafísica e a desestabilização das certezas matemáticas que ela implica, a *preferir*, como um refúgio, a negação do Deus todo-poderoso ou, dito em outras palavras, o ateísmo científico. "Aqueles que não têm pensamentos mais altos do que esses podem facilmente tornar-se ateus".

2º É preciso pensar que há várias "ideias" de Deus, assim como há várias provas de Deus, e que elas respondem a dúvidas diferentes? E ainda que é possível deixar alguns interlocutores em uma bifurcação para reencontrá-los três *Meditações* mais adiante? O próprio parágrafo de onde é retirada a frase contestada, "mas não os resistamos por ora", inclinaria-nos a pensar, como V. Carraud, que "por ora" não remete a uma resposta adiada até a *Quinta Meditação*. Porque aquele que busca um refúgio no ateísmo não encontra aí, justamente, a serenidade de uma ausência de dúvida. Ao contrário, ele aí encontra ainda mais razões para desconfiar (das demonstrações matemáticas, de sua certeza e de seu poder de conhecer). Ele é, portanto, ele também, levado pela dúvida metafísica inevitável em direção à necessidade de uma prova da existência de Deus. E, acrescentaríamos, qualquer uma das provas cartesianas o satisfará igualmente ou de forma idêntica.... Mas isso é uma outra história e dependeria de outras justificações, nas quais nós teríamos talvez a desagradável surpresa de ver G. Moyal e V. Carraud se unirem contra nós!

Concluiremos regozijando-nos que essas grandes questões cartesianas ressurgam assim em um espaço coerente de discussões, ou seja, de divergências reguladas por uma razão comum: com o disse de forma excelente J.-L. Marion (1991) no prefácio de seu primeiro livro, "é uma grande sorte que tal espaço permaneça aberto às questões cartesianas, graças ao esforço jamais interrompido da comunidade universitária" (p. 6). O exemplo das antigas discussões entre M. Gueroult e H. Gouhier, tão vivas no mérito quanto polidas na forma, permanece sempre um modelo. Guardar e reencontrar esse tom, não mais somente entre as duas margens da rua Saint-Jacques, mas entre as duas bordas do Atlântico, é uma honra para o *Bulletin Cartésien* e, ao mesmo tempo, um sinal dos tempos e da real internacionalização dos estudos cartesianos. Essa ocasião excepcional nos pareceu justificar uma exceção à regra, que afasta esse *Boletim* de tudo que não seja a atividade de resenhar. Desse modo, festejamos seu vigésimo aniversário, em homenagem àqueles que o conceberam e que continuam a lhe consagrar seus esforços.

Tradução Lia Levy

UFRGS / CNPq

Revisão Ethel Rocha

PPGLM-UFRJ / CAPES / CNPq

3 1973, vol. II, p 410, n. 1.

Referências

DESCARTES, R. *Oeuvres Philosophiques*. Ed. F. Alquié, 3 vols. Paris: Garnier, 1973.

MARION, J. L. *Questions Cartésiennes*. Paris: P.U.F, 1991.

MOYAL, G. La preuve ontologique dans l'ordre des raisons. *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 93, n. 2, 1988, p. 246-258.

RESUMO

Observações sobre divergência entre G. Moyal (1988) e V. Carraud (1991) sobre as relações entre a prova a priori apresentada na Quinta Meditação de Descartes e a hipótese de uma possível objeção levantada por ateus.

Palavras-chave: Descartes; Deus; existência; onipotência; ateísmo

ABSTRACT

Some observation on divergence between G. Moyal (1988) and V. Carraud (1991) on the relationship between Descartes' a priori proof in the Fifth Meditation and the hypothetical objection raised by atheists.

Keywords: Descartes; God; existence; omnipotence; atheism